

# monetária não muda.

A indexação da economia, reconhecida pelo próprio governo como a principal causa da inflação, foi o tema dominante das conversas de ontem entre as autoridades econômicas e a missão do Fundo Monetário Internacional. Enquanto o ministro da Fazenda, Ernane Galvões, colocava fora de cogitação a proposta de desindexação da economia, o ministro da Indústria e do Comércio, Camilo Pena, voltava a defender a tese — apoiada por diversos empresários e economistas — e os representantes do FMI procurava obter informações mais detalhadas sobre a influência da correção monetária sobre o processo inflacionário.

A proposta de fixação da correção monetária abaixo da inflação, lembrada fonte da área financeira, é defendida pelos monetaristas mais ortodoxos. A partir do desatrelamento das correções monetária, cambial e salarial em relação à inflação passada, seriam zeradas todas as contas (ativos e passivos), e a inflação futura é que passaria a servir de parâmetro para reajustar os preços. Os salários seriam corrigidos por livre negociação.

Existem pelo menos mais duas propostas para desindexar a economia brasileira, debatidas por empresários e economistas do setor privado. A primeira, considerada mais radical, propõe um programa de ajustamento dos preços por dois anos, dividido em duas etapas. Nos primeiros seis meses, seriam congelados os preços industriais e administrados, assim como salários e valores dos ativos financeiros. Na segunda fase, de 18 meses, esses preços sofreriam reajustes de no máximo 1,5% ao mês. Quanto aos salários, seriam concedidos abonos.

Uma outra proposta, que teria maior respaldo na oposição, começaria pela reformulação no mercado financeiro, para abrandar a excessiva liquidez dos ativos financeiros. Enfim, propostas existem, mas, como observam fontes do próprio governo, é necessário um forte apoio político para sua implementação.

Há cerca de dois anos, o ministro da Indústria e do Comércio, Camilo Pena, começou a defender com insistência a tese de desindexação da economia, como única forma eficaz de combater a inflação, mas sua proposta jamais foi discutida no governo.

Agora que a missão do Fundo Monetário Internacional afirma que a inflação não cai devido à indexação geral (o processo de corrigir a intervalos regulares diversos fatores, como salários, prestações do Bnh, câmbio, depósitos, títulos e papéis do mercado financeiro, a maior parte com base na correção monetária), os ministérios da Fazenda, Planejamento e Banco Central podem ser levados a concordar que é necessário alterar esse processo para combater a inflação, embora afirmem que não têm a fórmula para isso.

## Dificuldades

Em rápido contato ontem com jornalistas, o ministro da Fazenda disse que não sabia dizer se alguém do FMI falou que a indexação mantém a inflação elevada. E observou: "A indexação generalizada da economia brasileira, se não é causa fundamental, tende a perpetuar a inflação nos níveis atuais, dificulta

nossa trabalho para fazê-la regredir mais rapidamente. Portanto, consome a política monetária e os efeitos das medidas adotadas pelo governo se tornam mais lentos. O que não temos é resposta para isso".

Quanto à correção monetária abaixo da inflação, insistiu o ministro que essa proposta não tem nenhum respaldo no governo. A correção monetária, criada em 1964, gradualmente se estendeu à maioria dos ativos financeiros no mercado. Galvões lembrou que, para a desindexação, há outras implicações, e inclusivo outros conceitos.

Mas o tema vem sendo constantemente debatido nas conversas com os representantes do FMI, ao lado de outros problemas da economia do País como o déficit da Previdência (discutido ontem com o superintendente do Instituto de Planejamento Econômico, Teófilo de Oliveira) e a crise do sistema habitacional (analisada na segunda-feira com o presidente do Bnh, Nélio da Matta). Anteontem, segundo o chefe da missão do FMI, Thomas Reichmann, discutiu-se com os ministros Delfim Neto e Ernane Galvões os efeitos inflacionários da indexação. E na semana que vem eles voltarão ao tema.

## Reservas

O ministro da Fazenda esclareceu que o programa do governo é acumular reservas cambiais, e que seria um absurdo se o FMI fosse contra isso. Explicou também: "Acumulamos saldos comerciais numa velocidade maior do que o programado. Por um lado isso é bom, porque fortaleceu a nossa posição de caixa, e dá mais independência nas negociações no Exterior. Por outro, tem o efeito negativo de mais inflação. Temos, então, de procurar um meio do caminho que nos permita conciliar a acumulação de reservas com a política monetária sem criar pressões maiores sobre a inflação".

O chefe da missão do FMI, Thomas Reichmann, concordou com a justificativa do Banco Central de que os ganhos de reservas cambiais, decorrentes do acúmulo de superávits mensais na balança comercial, explicam o desvio na expansão monetária. Mas também houve o consenso de que as incertezas externas deste restante de ano e, principalmente, de 1985 recomendaram cautela no exame da proposta de liberalização das importações para a reativação mais acelerada da atividade econômica.

Do lado da oferta de moeda, a pressão aumentará com a expectativa de queda no superávit de caixa do Tesouro, nos próximos meses. Para compensar a pressão expansionista, o Banco Central poderia recorrer à contenção do crescimento das reservas, através do aumento das importações. Porém, as autoridades brasileiras ponderaram a missão do FMI que o Brasil precisa fazer caixa para enfrentar a perspectiva de menor expansão das exportações em 1985.

Em razão das muitas variáveis existentes, somente na próxima semana a missão do FMI e os ministros do Planejamento e da Fazenda, mais o presidente do Banco Central, Afonso Celso Pastore, voltarão a discutir sobre o nível de reservas e o grau de liberalização das importações mais convenientes para o País.

# Galvões: a correção monetária

— JORNAL DA TARDE

A correção monetária.